

O desafio do Envelhecimento Demográfico

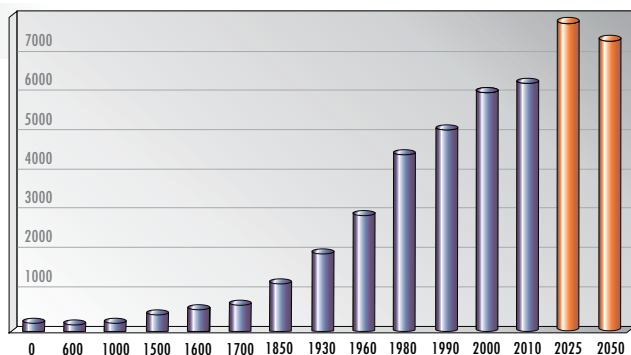
A crescente importância política, económica e social dos países em vias de desenvolvimento, a evolução rápida da sua população fez concentrar, durante o século XX, as atenções da opinião pública quase exclusivamente no crescimento demográfico. Quando se falava em população, falava-se sempre no receio das consequências da explosão demográfica. Os cenários elaborados pelas Nações Unidas, na segunda metade do século XX, apontavam para um mundo, no final do século XXI, com uma população próxima dos 20 milhares de milhão de habitantes (quatro vezes mais a população mundial existente em 1990 - 5 milhares de milhão).

J. Manuel Nazareth Fernandes
Demógrafo.
Professor
Catedrático
Jubilado
da Faculdade
de Ciências Sociais
e Humanas
da Universidade
Nova de Lisboa

Não admira assim que as grandes questões demográficas no séc. XX estivessem fundamentalmente relacionadas com o crescimento demográfico:

- A melhoria das condições gerais de saúde e o aumento da duração média de vida;
- A regulação dos nascimentos (como forma de controlar os excedentes populacionais);
- A desigual distribuição espacial da população (concentração urbana e esvaziamento do mundo rural);
- O aumento das migrações (internas e internacionais) e a emergência de sociedades multiculturais;
- O planeamento dos recursos humanos;
- O efeito do crescimento demográfico no sistema educativo;
- A pressão da população nos recursos e no ambiente (com particular relevo para o problema da fome no mundo);
- A mudança na estrutura das famílias (em particular, a diminuição da dimensão média familiar).

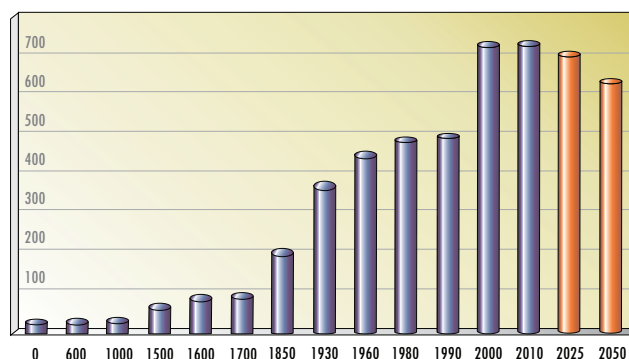
Nos dias de hoje sabemos que os cenários elaborados no século XX foram definitivamente postos de parte.



Globalização do envelhecimento: Evolução da População Mundial em Milhões

O declínio da natalidade e da mortalidade são, nos dias de hoje, fenómenos universais e os novos cenários são radicalmente

diferentes dos imaginados nos anos oitenta ao apontarem para uma estabilização da população mundial á volta dos 7 a 8 milhares de milhão de habitantes, ou seja, cerca de um terço do previsto 30 anos antes. Na Europa, os cerca de 700 milhões de habitantes que existem actualmente tenderão a estabilizar à volta deste valor a não ser que movimentos migratórios de países exteriores ao espaço europeu ganhem uma dimensão não prevista nos cenários elaborados.



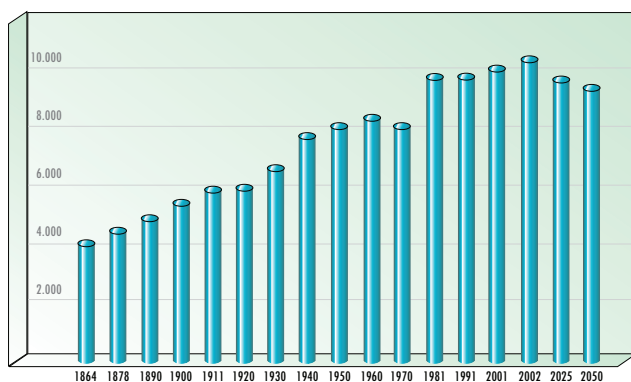
A Globalização do envelhecimento: Evolução da Europa em Milhões

Em Portugal, apesar de ter duplicado a sua população durante o século XX (ao passar de 5 para 10 milhões de habitantes) e de se aproximar dos 11 milhões de habitantes em 2010, também tende a estabilizar a sua população entre os 10 e os 11 milhões de habitantes.

O concelho de Castelo Branco, apesar de ter duplicado a sua população durante o século XX (ao passar de 38 300 habitantes em 1900 para 63 100 em 1960) e de se aproximar dos 54 000 habitantes em 2010, também tende a estabilizar a sua população entre os 50 e os 55 mil habitantes.

Chegamos assim à primeira ideia que vos quero transmitir: a época do crescimento demográfico já acabou.

Entrámos definitivamente no mundo da estabilização (ou até do eventual declínio populacional).



Evolução da População de Portugal em Milhares de Habitantes

O tipo de sociedade e as preocupações que estão a emergir neste século XXI estão a mudar de paradigma.

Durante a 2ª metade do século XX, sob o ponto de vista técnico, o dilema demográfico fundamental era o de saber se devíamos «crescer ou envelhecer», ou seja, ou as sociedades crescem ou envelhecem... as duas coisas em simultâneo é que não são possíveis. Hoje sabemos que já não existe nenhum dilema - o «crescer ou envelhecer» deu lugar ao «crescer e envelhecer», ou seja, depois do crescimento demográfico a que assistimos no século XX veio a estabilização e o irreversível envelhecimento demográfico.

Mas, o que significa exactamente este novo paradigma do envelhecimento demográfico?

Existem razões para estarmos preocupados?

Antes de mais é importante esclarecer o seguinte:

- Não existe nenhuma doença chamada «envelhecimento»
- Não se trata de uma nova epidemia
- Não é uma «nova moda»
- Não é apenas um cavalo de batalha político
- Não é um acontecimento mediático de carácter passageiro

De que se trata então?

Trata-se da existência de uma simples constatação de carácter quantitativo: o equilíbrio entre as gerações e do Estado Social está a modificar-se devido a existir um aumento da população idosa. Os dados fundamentais deste processo são conhecidos, o ruído em torno do financiamento bem como da idade da reforma também é conhecido e parece que pouco mais existe para dizer sobre este assunto.

Não é bem assim. Existe muita matéria para conhecer, para ensinar, para investigar, para debater em ordem a se poder minimizar os impactes.

Apesar de existir um enorme ruído mediático e político em torno deste tema – não há ninguém que não fale do envelhecimento da população – a investigação séria pode e deve continuar e o ensino superior deve pensar cada vez mais em formar pessoas nestas áreas quer sob a forma de ensino regular quer sob a forma de «long life learning». Só assim será possível eliminar os equívocos e os debates emocionais existentes na sociedade, ter uma opinião pública consciente e crítica e identificar os constrangimentos e oportunidades deste processo.

Vejamos, em primeiro lugar, os grandes equívocos existentes:

- O primeiro equívoco acerca do envelhecimento demográfico consubstancia-se na difusão junto da opinião pública que estamos perante um fenómeno (que é uma espécie de nova calamidade) que apareceu de um momento para o outro. Ora, se apareceu de um momento para o outro também pode desaparecer de um momento para o outro... logo não existem motivos para preocupações. É uma moda que passará necessariamente de moda.

Não é verdade! Estamos perante um fenómeno que veio para ficar... as sociedades do futuro – onde quer que se situem - são irreversivelmente gerontocráticas.

- O segundo equívoco deriva do facto de se pensar que o aumento da população idosa é uma consequência directa do aumento da duração média de vida e da melhoria das condições de saúde – existem mais velhos porque se vive mais tempo. Também não é verdade! O principal motor do envelhecimento demográfico foi o declínio da natalidade e não o aumento da duração média de vida. Numa perspectiva de equilíbrio entre gerações, não existem «pessoas idosas a mais» numa sociedade. O que existe é um aumento da importância relativa das pessoas que pertencem às idades mais avançadas devido ao facto de as gerações mais jovens estarem a perder importância - são os jovens que estão a menos e não os «velhos» que estão a mais.
- O terceiro equívoco deriva do facto de se julgar que, com o tempo, naturalmente, um novo equilíbrio irá surgir e que o alarmismo em torno desta questão é apenas uma luta político-partidária. Não é verdade! Vejamos apenas o exemplo de Portugal: nos últimos 50 anos, o nosso país aumentou cerca de 2 milhões de habitantes; os jovens com menos de 14 anos diminuíram, no mesmo período, cerca de um milhão; as pessoas com mais de 65 anos aumentaram cerca de um milhão (627 milhões em 1955 e 1778 milhões em 2007). Por outras palavras, em menos de meio século, o efeito combinado do declínio da natalidade e do aumento da duração

média de vida fez com que um milhão de pessoas com mais de 65 anos tivesse substituído o milhão de jovens que se perdeu.

- O quarto equívoco deriva do facto de se pensar que com mais impostos e com mais justiça fiscal o problema fica resolvido e que é possível manter o actual contrato entre as gerações – quem trabalha desconta para os que ainda não trabalham (os jovens), para os que já não trabalham (os velhos), para os que não conseguem trabalhar (os desempregados) e ainda para os que são excluídos do mercado de trabalho por razões físicas e mentais (os deficientes). Também não é verdade! Apenas se adia o problema por alguns anos mas não se resolve o fundo da questão: dentro de três ou quatro dezenas de anos teremos 4 milhões de activos a suportarem financeiramente 3 milhões de pessoas com mais de 65 anos de idade, mais de 1 milhão de jovens e mais de 1 milhão de desempregados e deficientes. Será possível financiar todos os direitos adquiridos no âmbito do estado providência ou só alguns? O que vamos eliminar? A qualidade de vida dos «velhos»? Os desempregados e os deficientes? Serão os jovens os grandes sacrificados pelo facto de só votarem a partir dos 18 anos?

O desabafo de Helmut Kohl – a propósito da estrutura do Estado Social – resume todo o problema numa única frase: «uma nação industrializada não é um parque de recreio onde os reformados são cada vez mais novos, os estudantes são cada vez mais velhos, os horários de trabalho são cada vez mais reduzidos e as férias (feriados e pontes) são cada vez mais longas».

Se o constrangimento ambiental não nos permite equacionar soluções com base no crescimento (porque não podemos imaginar o Mundo, a Europa, Portugal e Castelo Branco sempre a crescer) só nos resta uma solução que é a de nos prepararmos para as consequências do irreversível envelhecimento demográfico.

O século XX foi o século do crescimento. O século XXI será, sem dúvida, o século do envelhecimento demográfico.

Mas, porque é que o envelhecimento demográfico é irreversível nas próximas dezenas de anos? Porque é que o futuro já está escrito? Novos governos e novas ideias não podem alterar o rumo dos acontecimentos? Não podemos porque existem constrangimentos que não são ultrapassáveis. Que constrangimentos? Existem quatro grandes constrangimentos de natureza demográfica:

- (i) manutenção dos baixos níveis de fecundidade;
- (ii) aumento duração média de vida;
- (iii) os limites das migrações e do aumento artificial da população activa;
- (iv) o efeito das actuais estruturas demográficas.

Existem obviamente soluções pontuais ligadas:

- A uma descida do valor das pensões;
- A uma subida da idade da reforma;
- A um aumento da população activa.

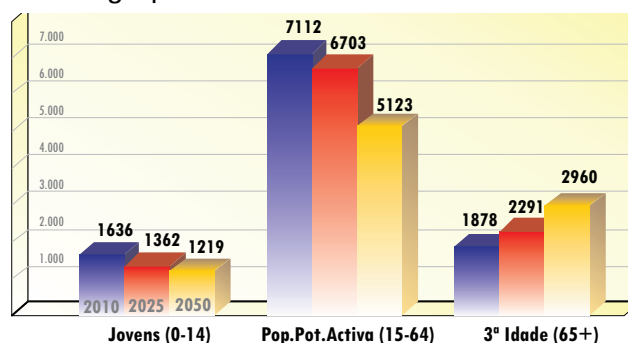
E também existem soluções mais complexas que procuram uma articulação entre os regimes públicos ligados aos salários (primeiro pilar), os regimes profissionais privados (segundo pilar) e os planos

individuais de reforma (terceiro pilar). Mas, se para aumentar 1 a 2 anos à idade da reforma e se para cortar 10% nas reformas é o que se sabe ... o que fazer? Será que estamos perante um problema sem solução? Existe alguma oportunidade no futuro?

Não sou possuidor de uma solução mágica. É a investigação que terá que encontrar as soluções.

Prefiro transmitir o meu pensamento através de algumas reflexões finais esperando que possam contribuir para o lançamento de um ensino virado para estas áreas onde cada vez se exige a presença de profissionais competentes.

Termino assim a minha intervenção com 5 grupos de reflexões e desafios:



Globalização do Envelhecimento: Prospectiva do Envelhecimento Demográfico em Portugal - Visão Clássica

1 Em números absolutos e relativo o futuro próximo já está escrito e pouco podemos modificar sob o ponto de vista quantitativo... o actual equilíbrio numérico existente (cerca de 1,6 milhões de jovens e de velhos) vai dar lugar a um afastamento progressivo da importância numérica entre estes dois grandes grupos etários. Em Portugal, em meados deste século, a população com mais de 65 anos de idade será o triplo da população jovem com 0-14 anos. São informações que dificilmente seremos capazes de modificar. É nosso dever e obrigação prepararmo-nos para gerir

(e digerir) esta informação quantitativa de base.

2 Na actual situação de desequilíbrio entre as gerações que caracteriza a população portuguesa é sempre aconselhável prever com exactidão a evolução das variáveis demográficas responsáveis por esta mutação no equilíbrio entre as gerações a nível nacional, regional e local. Assim, no que diz respeito a uma inversão na tendência de não renovação das gerações não podemos ser optimistas: a passagem de uma economia agrícola para uma economia industrial e de serviços, a passagem de um modo de vida rural para um modo de vida urbano, a secularização, a emergência do individualismo, a mudança do papel da mulher na sociedade, a passagem de uma situação onde a criança de «valor económico» passou para uma situação onde existe um manifesto «custo económico» continuará a produzir o efeito de «jovens a menos». As tímidas tentativas de conciliação do «tempo para o trabalho» com o «tempo para a família» não produzem, só por si, efeitos significativos... Nações Unidas, Conselho da Europa, Eurostat convergem na mesma direcção de não renovação das gerações para as próximas dezenas de anos.

Lembremos que na Europa, no momento actual, estão em falta 50 milhões de crianças para que uma mãe deixe uma futura mãe (em Portugal 1,5 milhões). No que diz respeito às condições gerais de saúde, a evolução das grandes causas de morte associada a uma manifesta melhoria na capacidade de diagnóstico e de tratamento levam-nos a ser mais optimistas do que pessimistas, ou seja, a um reforço da tendência para o aumento da duração média de vida. Em síntese: cada vez menos nascimentos numa duração de vida cada vez maior.

3 A passagem de um sistema transversal, baseado na solidariedade entre as gerações (onde quem trabalha transfere para os outros) para um sistema longitudinal baseado na capitalização individual (onde cada um trata de si) corre o risco de se fazer à custa dos mais desfavorecidos da sociedade. Por outro lado, também a adaptação do sistema de segurança social à nova realidade demográfica quer através do aumento da idade da reforma quer através de um recurso à imigração pode conjuntamente resolver o problema – com enormes custos de instabilidade social - mas não resolve, como já vimos, o problema de uma forma sustentada.

4 Inicio esta minha 4ª reflexão final com um exemplo: se colocarmos um jovem de 10 anos em conjunto com um de 20 anos numa mesma sala de aula teremos uma revolução mas, se colocarmos num mesmo equipamento colectivo um idoso de 65 anos e outro de 75 anos nada acontece, achamos normal. Nos dois exemplos existem seres humanos com 10 anos de diferença só que no primeiro caso a sociedade valoriza a diferença e no segundo caso essa diferença não é valorizada. Permito-me acrescentar três questões:

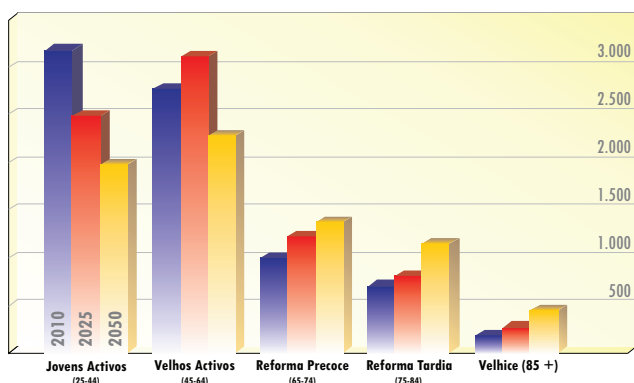
- Quem disse que «os jovens só têm que estudar», «os activos só têm que trabalhar» e que os «idosos só têm que descansar e esperar pelo fim da vida»?
- O que significa «ser jovem», «ser activo» e «ser velho» no século XXI?
- Se sabemos o preço das casa, dos automóveis e os salários das diferentes profissões... quanto custa uma criança?

Não são políticas para a juventude, para os activos e para a chamada terceira idade que precisamos mas de uma política

global da idade onde progressivamente o tempo para o estudo, para o trabalho e para o descanso sejam progressivamente independentes da idade.

Só assim seremos capazes de perceber a ligeireza (com aspecto de seriedade) com este problema é examinado e que corrói a coesão do tecido social.

Uma coisa é a discussão dos limites da vida activa e dos «falsos velhos com mais de 65 anos» onde muitos iniciam uma 2ª carreira (3 milhões no futuro) e outro problema é o da velhice propriamente dita (250 000 em 2050) com problemas sanitários e de dependência específicos. Uma coisa é os idosos estatísticos que resultam da forma como a economia e a sociedade estão organizadas...outra coisa é a velhice.



Globalização do Envelhecimento: Análise prospectiva da Desintegração dos Conceitos de População Potencialmente Activa e de 3.^a

5 Termino com um 5º conjunto de reflexões.

Não podemos ignorar que a tudo o que apresentei temos que juntar a fragilidade dos laços familiares e comunitários tradicionais (e o conseqüente medo da dependência sem apoios), a deficiente organização dos cuidados de saúde relativamente às doenças inerentes ao envelhecimento em fim de vida (os sistemas de cuidados de saúde estão mais adaptados aos cuidados da medicina curativa e de reabilitação do que aos cuidados da medicina paliativa onde o enquadramento psicológico, social, cultural e espiritual é fundamental) e o lento esquecimento do facto de a via humana ter uma dignidade intrínseca que não se deve alterar nos seus limites temporais (não é verdade que a vida humana só vale quando é bela, boa e útil).

É por isso que é preciso encontrar um novo paradigma de viver em conjunto. As oportunidades consistem em encontrar novas formas de solidariedade e de convivência entre idades, grupos, gerações e culturas.

A vida não pode ser uma sequência rígida de episódios (estudo, trabalho, descanso).

A dignidade intrínseca da vida humana exige que «a vida seja um projecto permanente ao longo de toda a vida»